

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	33
Capítulo 1	
TEMÁTICA DA AUDIÊNCIA TRABALHISTA	41
1.1. Temas importantes no estudo da audiência trabalhista.....	41
1.2. Princípios fundamentais do processo brasileiro.....	43
1.2.1. Princípio do acesso à justiça.....	45
1.2.2. Princípio do devido processo legal.....	45
1.2.3. Princípio da efetividade.....	47
1.3. Fundamentos e princípios específicos do processo do trabalho.....	48
1.3.1. O princípio da proteção e suas especificidades	50
1.3.2. O princípio inquisitivo.....	53
1.3.3. Outros princípios do processo do trabalho	55
1.4. O princípio da oralidade como ideia-matriz	56
1.4.1. Princípio do predomínio da palavra falada	61
1.4.2. Princípio da imediatidade	63
1.4.3. Princípio da concentração dos atos processuais.....	65
1.4.4. Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias	66
1.5. Princípio da primazia da solução consensual	69
1.6. Amplos poderes de condução da audiência pelo juiz do trabalho.....	70
1.7. Conjunto de temas recorrentes na audiência trabalhista.....	72
A) Na tentativa conciliatória	73
B) Nas formas de reposta do reclamado	74
C) Nos incidentes processuais	75
D) Na coleta das provas.....	77
1.8. “Etapas” da audiência trabalhista	79
1ª) A preparação, para o juiz e para os advogados.....	79
2ª) O pregão: em qual lado sentar-se à mesa de audiências?	80

3ª)	A qualificação das partes.....	82
4ª)	A tentativa conciliatória.....	83
5ª)	O recebimento da defesa	84
6ª)	A impugnação ou réplica.....	85
7ª)	A produção da prova oral.....	86
8ª)	As razões finais	87
9ª)	A última proposta de acordo	88
10ª)	O julgamento da demanda.....	89
1.9.	Verificação de aprendizagem	89

Capítulo 2

AUDIÊNCIA TRABALHISTA: A VISÃO DO JUIZ E A VISÃO DO ADVOGADO 91

2.1.	Audiência trabalhista: aspectos “sensitivos”	91
2.1.1.	A audiência trabalhista como uma experiência “sensitiva”	91
2.1.2.	A necessidade de uma elevada carga de humanidade	94
2.1.3.	A chamada lide sociológica	96
2.1.4.	O juiz como diretor de uma peça teatral dramática.....	99
2.1.5.	Os advogados como atores principais da audiência trabalhista.....	103
2.2.	Audiência trabalhista: aspectos técnicos.....	109
2.2.1.	Audiência ou sessão?	109
2.2.2.	Publicidade da audiência trabalhista.....	114
2.2.3.	Local, horário e duração das audiências.....	116
2.2.4.	Local das audiências por videoconferência e telepresencial.....	118
2.2.5.	Organização da pauta de audiências.....	119
2.2.6.	Audiência inicial ou una: primeiros passos	123
A)	Verificação das notificações iniciais	123
B)	Atenção ao pregão.....	125
C)	Efeitos jurídicos no atraso das partes	127
D)	Atraso do juiz – o que fazer?	133
2.2.7.	Ata de audiência e poder de polícia	139
2.3.	Verificação de aprendizagem	142

Capítulo 3

REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL NA AUDIÊNCIA TRABALHISTA 145

3.1.	Representação dos trabalhadores.....	145
3.1.1.	Em reclamações individuais.....	145
3.1.2.	Quando o reclamante está preso	148
3.1.3.	Representação de trabalhadores incapazes.....	150
3.1.4.	Nas reclamações plúrimas	155

3.1.5.	Em ações coletivas	156
3.1.6.	Representação do espólio do trabalhador	157
3.2.	Representação dos empregadores.....	163
3.2.1.	Representação por preposto.....	163
3.2.2.	O advogado pode atuar como preposto?.....	166
3.2.3.	Representação da Administração Pública.....	173
3.2.4.	Outras representações de reclamados	175
3.3.	Representação por advogado e comprovação do mandato.....	176
3.4.	Intervenção do MPT nas audiências trabalhistas	179
3.5.	Verificação de aprendizagem	182

Capítulo 4

TENTATIVA CONCILIATÓRIA E CELEBRAÇÃO DE ACORDOS.....		183
4.1.	Novo paradigma do processo brasileiro.....	183
4.2.	Técnicas fundamentais para a conciliação: cálculo das verbas	185
1ª)	Verbas rescisórias	187
2ª)	Horas extras	187
3ª)	Adicional de insalubridade	188
4ª)	Acúmulo de função ou equiparação salarial	189
5ª)	Indenização de dano moral	189
6ª)	Acidente do trabalho	190
4.3.	Técnica do diálogo prévio: avaliação dos riscos	191
4.4.	Técnica do acolhimento: criar um ambiente propício	193
4.5.	Técnicas para uma boa dinâmica conciliatória	195
1ª)	Aproximação das propostas distantes	195
2ª)	Avaliação dos riscos de cada uma das partes	196
3ª)	Adiamento da audiência	196
4ª)	Conversar com os litigantes em separado	196
5ª)	Total para o reclamante x parcelamento para o reclamado	197
6ª)	Técnicas não consensuais	197
7ª)	Extensão da conciliação	198
8ª)	Suspensão do processo se o tomador não concorda	198
9ª)	Acordo sem anuência do advogado	199
4.6.	Quitação no acordo judicial	200
4.7.	Acordo por mera liberalidade	202
4.8.	Acordo parcial.....	204
4.9.	Audiência para ratificação do acordo	205
4.10.	Audiência para análise de acordo extrajudicial	206
4.10.1.	A alegada alta litigiosidade na Justiça do Trabalho	211

4.10.2.	Competência para legislar sobre direito processual e do trabalho.....	216
4.10.3.	O CNJ e a imposição de como se interpretar a lei, aos juízes.....	217
4.10.4.	O procedimento de jurisdição voluntária e o acesso à justiça.....	218
4.10.5.	O juiz do trabalho está obrigado a homologar o acordo extrajudicial?.....	225
4.10.6.	O que há de novidade na Resolução n. 586 do CNJ?	226
4.11.	Audiência de conciliação na fase recursal	229
4.12.	Audiência de tentativa conciliatória na fase de liquidação	230
4.13.	Audiência de tentativa conciliatória na fase de execução	231
4.14.	Efeitos da sentença homologatória de acordo	234
A)	A irrecorribilidade da decisão	234
B)	Recorribilidade para a União.....	235
C)	A necessária discriminação das verbas.....	236
D)	A necessidade de recolhimento previdenciário	238
E)	Outros efeitos secundários dessa decisão.....	239
4.15.	Verificação de aprendizagem	240

Capítulo 5

AUDIÊNCIA INICIAL OU UNA: EVENTOS OU INCIDENTES 243

5.1.	Arquivamento da reclamação trabalhista	243
5.2.	Revelia do reclamado.....	247
5.3.	Adiamento da audiência	256
5.3.1.	A requerimento de uma das partes.....	256
5.3.2.	A requerimento conjunto.....	257
5.3.3.	Por vícios ou falta de comunicações processuais	259
5.3.4.	Por inobservância do prazo legal	260
5.3.5.	Por determinação judicial	260
5.4.	Aditamento, alteração e emenda da petição inicial.....	262
5.4.1.	Marcos intransponíveis para esses institutos	263
5.4.1.1.	No processo civil	263
5.4.1.2.	No processo do trabalho	264
5.5.	Desistência do reclamante: custas e sucumbência.....	267
5.6.	Respostas do reclamado	274
5.6.1.	Exceção de incompetência territorial.....	274
5.6.2.	Contestação.....	276
5.6.3.	Reconvenção	277
5.7.	Réplica.....	279
5.8.	Audiência de instrução em prosseguimento	281
5.9.	Verificação de aprendizagem	282

Capítulo 6

AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E TEORIA GERAL DA PROVA.....	285
6.1. Audiência de instrução e a prova oral.....	285
6.2. Conceito, finalidade e objeto da prova.....	287
6.3. Regras de hermenêutica a respeito da prova.....	288
6.3.1. Prova-se o fato e não o direito	289
6.3.2. O ônus da prova incumbe a quem alega o fato.....	291
6.3.3. Fatos que independem de prova	292
6.4. Princípios específicos da teoria geral da prova	294
6.4.1. Princípio inquisitivo	294
6.4.2. Princípio da aquisição ou comunhão da prova	296
6.4.3. Princípio da unidade da prova	297
6.4.4. Princípio do convencimento motivado	298
6.4.5. Princípio da livre admissibilidade da prova	300
6.4.6. Princípio da proibição da prova ilícita: o precedente do HC n. 74.678-1.....	302
6.5. Meios de prova	311
A) Depoimento pessoal e interrogatório.....	313
B) Confissão.....	314
C) Prova testemunhal.....	314
D) Ata notarial	315
E) Documentos eletrônicos.....	316
F) Prova documental.....	317
G) Prova pericial.....	319
H) Inspeção judicial	322
I) Presunções e máximas de experiência	323
J) Prova emprestada	323
K) Prova digital.....	324
6.6. A prova emprestada na audiência trabalhista	324
6.6.1. Observância do contraditório e da ampla defesa.....	324
6.6.2. Meios de prova e natureza jurídica	327
6.6.3. Contra quem se admite a prova emprestada?	328
6.7. A prova digital	330
6.7.1. Considerações iniciais sobre a prova digital.....	330
6.7.2. Prova digital: do que se trata?.....	332
6.7.3. A natureza jurídica das provas digitais	338
6.7.4. Requisitos de validade da prova digital	342
6.8. Verificação de aprendizagem	352

Capítulo 7

TEORIA GERAL DO ÔNUS DA PROVA	353
7.1. Noção de ônus da prova	353
7.2. Análise crítica da doutrina trabalhista	354
7.3. O <i>iter</i> proposto	359
7.3.1. O art. 374 do CPC/2015.....	359
7.3.2. O art. 375 do CPC/2015	363
7.3.3. A definição do ônus da prova	364
7.3.4. A natureza dos fatos controvertidos.....	365
7.3.4.1. As regras objetivas de definição do ônus da prova	367
7.3.4.2. A doutrina dos fatos contrapostos	369
7.4. Momento da definição do ônus da prova	374
7.5. Ônus subjetivo e ônus objetivo – a questão da prova “dividida”	377
7.6. A inversão do ônus da prova	381
7.6.1. Princípios que autorizam a inversão do ônus da prova	386
7.6.2. O Código de Proteção e Defesa do Consumidor	388
7.6.3. Princípio da aptidão para a prova.....	389
7.7. Momento da inversão do ônus da prova	391
7.8. Síntese conclusiva até esta parte	395
7.9. A teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova.....	396
7.9.1. Aplicação dessa teoria no processo do trabalho	400
7.9.2. A Lei da Reforma Trabalhista	402
7.10. Casuística sobre ônus da prova	406
7.10.1. Vínculo de emprego	406
7.10.2. Acidente do trabalho	408
7.10.3. Equiparação salarial	409
7.10.4. Acúmulo e desvio de função.....	410
7.10.5. Insalubridade e periculosidade	410
7.10.6. Jornada de trabalho	411
7.10.7. Justa causa	412
7.10.8. Rescisão indireta.....	412
7.10.9. Dano moral.....	413
7.10.10. Assédio moral e sexual	413
7.10.11. Responsabilidade do tomador de serviços	414
7.10.12. Responsabilidade do ente público: a Lei n. 14.133/2021.....	415
7.10.13. COVID-19	419
7.10.13.1. A COVID-19 como doença “endêmica” – pandêmica	421
7.10.13.2. A COVID-19 como doença do trabalho: ônus da prova....	423
7.10.14. Breves considerações sobre as provas digitais	427
7.10.15. Últimas considerações sobre a casuística.....	429

7.11.	Súmulas do TST a respeito de presunções e ônus da prova	430
7.11.1.	Súmula n. 6, VIII	430
7.11.2.	Súmula n. 12	432
7.11.3.	Súmula n. 32	432
7.11.4.	Súmula n. 43	433
7.11.5.	Súmula n. 212	433
7.11.6.	Súmula n. 287	435
7.11.7.	Súmula n. 338	437
7.11.8.	Súmula n. 443: a Lei n. 14.289/2022	441
7.11.9.	Súmula n. 460	442
7.11.10.	Súmula n. 461	443
7.12.	Jurisprudência do TST a respeito da temática.....	445
7.13.	Verificação de aprendizagem	449

Capítulo 8

TÉCNICAS NA PRODUÇÃO DA PROVA ORAL		451
8.1.	Atenção aos fatos que dependem de provas	451
8.2.	O juiz pode coletar prova de fatos periféricos	452
8.3.	O advogado deve “ir direto ao ponto”: técnicas adequadas.....	454
1ª)	Técnica do interrogatório direto	455
2ª)	Técnica do contrainterrogatório	456
3ª)	Não formular perguntas indutivas.....	458
4ª)	Evitar a testemunha de reforço.....	459
5ª)	Não prosseguir em situação desfavorável	460
6ª)	Tomar cuidado com a “síndrome” da última pergunta	461
8.4.	Indeferimento x Protesto: prova complementar e ônus da prova	461
8.5.	Momento oportuno para a produção da prova	464
8.6.	Regras especiais para essa produção: os poderes do juiz.....	465
8.6.1.	Provas excessivas, impertinentes ou protelatórias.....	466
8.6.2.	Alteração da ordem dos depoimentos	467
8.6.3.	O aparte do advogado	468
8.6.4.	Resumo dos depoimentos	469
8.7.	Verificação de aprendizagem	470

Capítulo 9

DEPOIMENTO PESSOAL E INTERROGATÓRIO		471
9.1.	Depoimento pessoal x Interrogatório.....	471
9.2.	Depoimento pessoal e princípio do contraditório	473

9.3.	Incomunicabilidade dos depoentes	476
9.4.	Técnicas de perguntação durante o depoimento pessoal	477
9.5.	Escusa x recusa a depoimento.....	481
9.6.	Depoimento pessoal por precatória ou videoconferência	483
9.7.	Verificação de aprendizagem	485

Capítulo 10

CONFISSÃO REAL E CONFISSÃO FICTA 487

10.1.	Conceito e natureza jurídica da confissão	487
10.2.	Espécies de confissão.....	488
10.3.	Confissão real.....	489
10.3.1.	Efeitos da confissão real	491
10.3.2.	Indivisibilidade da confissão	494
10.3.3.	Outras questões na temática da confissão: anulação	495
10.4.	Confissão ficta	497
10.4.1.	Efeitos da confissão ficta.....	499
10.4.2.	Desconhecimento dos fatos pelo preposto	502
10.4.3.	Outras questões relacionadas à confissão ficta	504
10.4.4.	Confissão ficta no litisconsórcio e do ente público	507
10.4.5.	Ausência de ambas as partes: presença só do advogado	509
10.5.	Verificação de aprendizagem	511

Capítulo 11

PROVA TESTEMUNHAL 513

11.1.	Conceito e importância: prova sensorial	513
11.2.	Admissibilidade da prova testemunhal	515
11.2.1.	Questões práticas sobre essa admissibilidade	517
11.2.2.	Questões relacionadas às presunções	520
11.3.	Rol e número máximo de testemunhas	521
11.4.	Outras questões práticas a respeito da prova testemunhal.....	524
11.4.1.	Substituição de testemunhas	526
11.4.2.	O juiz arrolado como testemunha.....	528
11.4.3.	Oitiva de testemunhas por precatória ou videoconferência	529
11.5.	Comparecimento e intimação das testemunhas.....	533
11.5.1.	Intimação pelo advogado.....	536
11.5.2.	Comprovação do convite ou da intimação.....	538
11.5.3.	Intimação pelo juízo.....	539
11.5.4.	Condução coercitiva das testemunhas.....	540
11.6.	Dever legal de testemunhar: um serviço público	542

11.7.	Recusa x escusa ao depoimento testemunhal	544
11.8.	A garantia de indenidade à testemunha.....	546
11.9.	Despesas de comparecimento.....	550
11.10.	Produção da prova testemunhal	552
11.10.1.	Gravação e transcrição dos depoimentos testemunhais.....	552
11.10.2.	Ordem dos depoimentos e adiamento da audiência	557
11.10.3.	Qualificação das testemunhas – quem pode ser?.....	559
11.10.4.	Contradita de testemunhas	562
11.10.4.1.	Contradita por incapacidade	562
11.10.4.2.	Contradita por impedimento.....	567
11.10.4.3.	Contradita por suspeição	571
11.10.4.4.	Testemunha que possui ação em face do reclamado...	575
11.10.4.5.	Momento adequado para a contradita	577
11.10.4.6.	Produção de prova na contradita	580
11.10.5.	Compromisso legal	583
11.10.6.	Inquirição e reinquirição das testemunhas	585
11.10.6.1.	Técnicas de inquirição e reinquirição	588
11.10.6.2.	O que (não) perguntar à testemunha?	592
11.10.7.	Incomunicabilidade das testemunhas	595
11.10.8.	Registro do depoimento das testemunhas.....	597
11.10.9.	Testemunha referida e acareação de testemunhas – a prova “dividida”	599
11.10.10.	Valoração da prova testemunhal	606
11.10.11.	Penalidades à testemunha mentirosa	609
11.10.11.1.	Caracterização do falso testemunho.....	613
11.10.11.2.	Prisão da testemunha	615
11.11.	Verificação de aprendizagem	616

Capítulo 12

AUDIÊNCIAS ESPECIAIS: CONSIGNAÇÃO E ACP

621

12.1.	Considerações iniciais.....	621
12.2.	Audiência na ação de consignação em pagamento.....	622
12.3.	Audiência na ação civil pública	628
12.3.1.	A ação civil pública trabalhista.....	628
12.3.2.	Peculiaridades dessa audiência.....	629
12.4.	Audiência nos embargos à execução e de terceiro	633
12.5.	Verificação de aprendizagem	636

Capítulo 13

AUDIÊNCIAS POR VIDEOCONFERÊNCIA E TELEPRESENCIAL

637

13.1.	Audiência por videoconferência.....	637
-------	-------------------------------------	-----

13.1.1.	Audiência por videoconferência: Resolução n. 354 do CNJ	643
13.1.2.	Audiência por videoconferência: Provimento CGJT n. 01/2021	646
13.2.	Audiência telepresencial, em regime extraordinário	651
13.3.	Obrigatoriedade de participação das partes e advogados	655
13.3.1.	Problemas técnicos para a participação	655
A)	Dificuldade de acesso digital	655
B)	Falta de local apropriado	656
C)	Necessidade de isolamento social.....	657
D)	Dificuldade de acesso à documentação	658
13.3.2.	Problemas pessoais para a participação	659
A)	Temor ao juiz, principalmente se houver problemas técnicos	659
B)	Privacidade do lar	660
C)	Intimidade de pessoas que residem na casa.....	661
13.4.	Princípios aplicáveis às audiências telepresenciais.....	662
13.4.1.	Princípios fundamentais (gerais) aplicáveis	662
13.4.2.	Princípios específicos (uma teoria em construção)	668
13.4.2.1.	Princípio da igualdade digital: Res. n. 314/2020 do CNJ	670
13.4.2.2.	Princípio da aptidão digital: Recomendação n. 101 do CNJ	677
13.4.2.3.	Princípio da segurança jurídica digital	680
13.5.	Audiências inicial e de tentativa conciliatória telepresenciais.....	682
13.5.1.	Questões práticas: atrasos, arquivamento e revelia	686
13.5.2.	Questões práticas: vestimenta e problemas técnicos – Ato n. 4 da CGJT	688
13.6.	Audiências una e de instrução telepresencial	691
13.6.1.	Audiência de instrução telepresencial e acesso digital	691
13.6.2.	Segurança quanto aos depoimentos: a incomunicabilidade	696
13.6.3.	Outras questões: intimação e dever legal de depor	703
13.6.4.	A contradita virtual e o depoimento da testemunha	706
13.6.5.	O registro dos depoimentos: a minutagem – Ato n. 45 e Resolução n. 313 do CSJT	708
13.6.6.	Acareação, penalidades e valoração da prova.....	714
13.7.	Negócio jurídico processual e instrução virtual.....	717
13.7.1.	Ampla aplicação de aplicação no processo civil	717
13.7.2.	Incompatibilidade com o processo do trabalho	721
13.7.3.	Admissão, no negócio jurídico processual tripartite.....	723
13.8.	Retorno às atividades presenciais – a Consulta Administrativa n. 00000 77-85.2023.2.00.0500	727
13.9.	Verificação de aprendizagem	734

Capítulo 14**JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA A RESPEITO DE ÔNUS DA PROVA 737**

14.1.	O ônus da prova como fator decisivo em diversos processos	737
14.2.	O ônus da prova na jurisprudência do TST	738
14.2.1.	Ônus da prova e vínculo de emprego	738
14.2.2.	Ônus da prova em ação de motorista de aplicativo	742
14.2.3.	Ônus da prova e responsabilidade subsidiária do tomador de serviços	749
14.2.4.	Ônus da prova e responsabilidade subsidiária da Administração Pública	751
14.2.5.	Ônus da prova e alegação de salário “por fora”	759
14.2.6.	Ônus da prova e questões remuneratórias	760
14.2.7.	Ônus da prova e questões sobre jornada de trabalho e cartões de ponto	763
14.2.8.	Ônus da prova e equiparação salarial	773
14.2.9.	Ônus da prova e diferenças de remuneração variável	773
14.2.10.	Ônus da prova e devolução da CTPS	774
14.2.11.	Ônus da prova e o princípio da continuidade da relação de emprego	775
14.2.12.	Ônus da prova e assédio moral – o dano <i>in re ipsa</i>	776
14.2.13.	Ônus da prova e TRCT assinado	777
14.2.14.	Ônus da prova e recolhimento do FGTS	777
14.2.15.	Ônus da prova e dispensa discriminatória	778
14.2.16.	Ônus da prova e retificação de PPP	782
14.2.17.	Ônus da prova e interrupção da prescrição	783
14.2.18.	Ônus da prova e desconhecimento do fato pelo preposto	784
14.2.19.	Ônus da prova e culpa exclusiva da vítima	784
14.2.20.	Ônus da prova e dano existencial	785
14.2.21.	Ônus da prova e confissão ficta do reclamante	786
14.2.22.	Ônus da prova e abono pecuniário	788
14.2.23.	Ônus da prova e cota de contratação de pessoas com deficiência	789
14.2.24.	Ônus da prova e cerceamento do direito de defesa	790

Capítulo 15**PRECEDENTES DO TST EM MATÉRIA DE AUDIÊNCIAS E PROVAS 793**

15.1.	A (necessária) cultura dos precedentes na justiça do trabalho	793
15.2.	Testemunha que ajuizou ação contra a mesma reclamada	795
15.3.	Indeferimento de prova testemunhal após confissão	796
15.4.	Prova emprestada e (des)necessidade de concordância	798
15.5.	Ônus da prova em trabalho externo	800

15.6.	Falta de controles de jornada de empregado doméstico.....	801
15.7.	Validade do cartão de ponto apócrifo.....	802
15.8.	Ônus da prova em promoção por antiguidade.....	803
15.9.	Rol de testemunhas e indeferimento de adiamento da audiência.....	804
15.10.	Necessidade de intimação pessoal para a confissão ficta.....	805
15.11.	Indeferimento do depoimento pessoal e cerceamento de defesa.....	807
REFERÊNCIAS		813